



Levy tenta acordo com senadores sobre dívida de estado com União



Jonas Pereira/Agência Senado

Ministro da Fazenda participará hoje de audiência no Senado e buscará convencer parlamentares a derrubar urgência na votação de projeto que regulamenta troca de indexador

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, tenta evitar que o indexador das dívidas de estados e municípios com a União seja trocado agora, por causa da perda de receita que o governo federal sofreria. O Senado

marcou para hoje a votação do projeto que regulamenta a aplicação do novo indexador. A votação, porém, pode ser adiada por decisão dos líderes partidários. Levy voltará hoje à Casa e procurará obter dos senadores o adiamento. **3**

Observado por Jucá, Levy (C) cumprimenta Renan: na pauta, o indexador das dívidas dos estados e a independência do Banco Central

PEC transforma transporte em direito **7**

Tributo a importados será analisado **2**

Biodiversidade entra na pauta do Plenário



Heberton Alves

Pesquisa sobre patrimônio genético terá uma nova legislação

Marco Legal da Biodiversidade aguarda apenas mais um parecer, o da Comissão de Constituição e Justiça, para que seja analisado hoje no Plenário. Senadores querem votar consenso, destacar divergências e adiantar aprovação do projeto, que tem urgência na Casa. **8**

Pode sair hoje decisão sobre servidor de ex-territórios **6**

Comissão de Orçamento elege presidente e vices **2**

Colegiado vai avaliar obras no Rio São Francisco **8**

Golpe de 1964 é tema de audiência em comissão **7**

especial
Cidadania

Senado destaca Mês da Mulher

Diversas atividades foram realizadas pela Casa em comemoração ao Mês da Mulher e culmi-

nam hoje com a inauguração da Sala de Apoio à Amamentação para servidoras. **4 e 5**



Jane da Araújo/Agência Senado

Parlamentares das bancadas femininas da Câmara e do Senado almoçam com Renan Calheiros



Portal e-Cidadania

É fácil navegar



O Portal e-Cidadania é um espaço virtual criado para estimular e possibilitar uma participação mais direta e efetiva dos cidadãos no processo de atuação parlamentar e legislativa do Senado.

Saiba mais em: www.senado.leg.br/ecidadania

Senado + transparente. A informação ao seu encontro.

SENADO FEDERAL



Comissão avalia tributo maior para importados

Aumento de PIS-Pasep e Cofins para importados compensaria a perda de receitas do governo, após decisão do Supremo que impediu cobrança de ICMS sobre importação

A COMISSÃO MISTA que analisa a Medida Provisória (MP) 668/2015 se reúne hoje, às 14h30, para discutir a elevação das alíquotas da contribuição do PIS-Pasep e da Cofins na importação de bens. O debate será com o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, e o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson de Andrade.

A medida eleva a alíquota do PIS-Pasep de 1,65% para 2,1% e a da Cofins de 7,6% para 9,6% para bens em geral. Assim, a maioria dos importados passa a pagar 11,75% nesses dois tributos, na soma das alíquotas. O texto também define percentuais específicos para produtos de perfumaria ou higiene pessoal, por exemplo, que sobem de 12,5% para 20%, na soma das alíquotas.

O governo justificou o aumento pela necessidade de evitar que produtos fabricados no país paguem mais imposto do que os importados. Teria sido a forma de contrabalançar a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que declarou inconstitucional a inclusão de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS-Pasep e da Cofins incidentes sobre a importação. O aumento de arrecadação é estimado em quase R\$ 700 milhões neste ano.

A comissão é presidida por Antonio Anastasia (PSDB-MG) e tem como relator o deputado Manoel Junior (PMDB-PB). O relator é Acir Gurgacz (PDT-RO).



Em reunião, senador Anastasia (à mesa ao centro) ao lado do deputado Manoel Júnior (D). Colegiado convidou secretário da Receita para reunião hoje

PIS-Pasep e Cofins sobre produtos importados

Veja os índices de reajuste nas alíquotas de PIS-Pasep e Cofins de produtos importados conforme definido pela Medida Provisória 668/2015, editada pelo Executivo em 30 de janeiro

BEM IMPORTADO	ALÍQUOTA ANTERIOR		ALÍQUOTA AUMENTADA PELA MP 668/2015	
	PIS-Pasep Importação	Cofins Importação	PIS-Pasep Importação	Cofins Importação
Bens em geral	1,65%	7,6%	2,1%	9,65%
Produtos farmacêuticos	2,1%	9,9%	2,76%	13,03%
Produtos de perfumaria e higiene pessoal	2,2%	10,3%	3,52%	16,48%
Máquinas e veículos	2%	9,6%	2,62%	12,57%
Pneus novos e câmaras de ar	2%	9,5%	2,88%	13,68%
Autopeças	2,3%	10,8%	2,62%	12,57%
Papel imune a impostos	0,8%	3,2%	0,95%	3,81%

Fonte: Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados

Comissão de Orçamento elege presidente hoje

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) agendou para hoje, às 14h, a eleição do presidente e dos três vice-presidentes para este ano.

A senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) deve ser eleita presidente e o relator da Lei Orçamentária Anual (LOA), que organiza as receitas e despesas que o governo terá em 2016, será um deputado.

A CMO é composta de 46 titulares (34 deputados e 12 senadores), com igual número de suplentes. A distribuição das vagas segue o critério da proporcionalidade das bancadas partidárias. PT e PMDB têm maior número de integrantes.

Responsável por analisar os projetos que definem os gastos do Executivo, a comissão também tem a tarefa de avaliar a aplicação desses recursos e apontar irregularidades.

Além da LOA, o colegiado discute e vota o Plano Plurianual (PPA), com metas a serem atingidas nos quatro anos seguintes, e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que estabelece os parâmetros do Orçamento. A LDO é a primeira a ser votada. O governo tem até 15 de abril para enviar a proposta ao Congresso.

A comissão divulgou ontem a redação final do Orçamento de 2015, que irá à sanção da presidente Dilma Rousseff. O texto foi aprovado pelos deputados e senadores em 17 de março.

Os orçamentos fiscal e da seguridade social, que financiam a maior parte das ações federais, somam R\$ 2,876 trilhões em despesas. Desse valor, R\$ 256,9 bilhões são gastos com salários de servidores públicos, R\$ 1,05

trilhão com as principais ações e programas, R\$ 83,1 bilhões com investimentos dos órgãos federais e R\$ 93,3 bilhões com inversões financeiras (aquisição de imóveis e ações para aumento de capital). Com juros e encargos da dívida pública, a estimativa de gastos é de R\$ 225,2 bilhões.

A proposta que sai do Congresso Nacional prevê gastos de R\$ 14 bilhões com concessões de benefícios salariais, como reajustes já aprovados em lei e reenquadramentos. Também estão reservados R\$ 2,5 bilhões para criação de cargos e contratação de novos servidores públicos.

Já o orçamento de investimento das estatais prevê gastos de R\$ 105,9 bilhões, dos quais R\$ 93,7 bilhões serão financiados com recursos do caixa das empresas. O restante vem de repasses do Tesouro Nacional ou de operações de crédito de longo prazo.

O texto prevê superávit primário de R\$ 55,279 bilhões em 2015, o equivalente a 1% do produto interno bruto (PIB). O número equivale à meta prevista na LDO. A norma também estabelece aos estados e municípios superávit de R\$ 11,046 bilhões (0,2% do PIB).

(Com informações da Agência Câmara)

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Marco da Biodiversidade

14h O PLC 2/2015, que estabelece o novo Marco Legal da Biodiversidade, é um dos projetos na pauta da sessão deliberativa de hoje.

PRESIDÊNCIA Sessão deliberativa

16h Renan Calheiros preside a ordem do dia da sessão deliberativa.

CDH Ditadura

9h A Comissão de Direitos Humanos faz audiência pública para relembrar os 51 anos do golpe militar de 1964.

CMA Requerimentos

9h A Comissão de Meio Ambiente se reúne para a votação de sete requerimentos.

CAE Ministro da Fazenda

10h Audiência pública com Joaquim Levy, para discutir as diretrizes do Ministério da Fazenda para 2015.

CE Educação básica

11h Na pauta, projeto que obriga beneficiários de bolsas de estudos federais a colaborar em escolas da educação básica.

CMMC Plano de trabalho

14h A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) se reúne para apresentação do plano de trabalho.

CMO Mesa diretora

14h Eleição de presidente e vices da Comissão Mista de Orçamento.

MP 661/2014 Relatório

14h Reunião para apreciação de relatório sobre a MP 661/2014, que autoriza a União a conceder crédito ao BNDES.

CRE Embaixadores

14h30 A Comissão de Relações Exteriores se reúne para analisar indicações de embaixadores para Malásia, Índia e Bósnia e Herzegovina.

MP 660/2014 Servidores de Rondônia

14h30 Reunião sobre a MP que regulamenta o enquadramento na União dos servidores do ex-território de Rondônia.

MP 668/2015 Taxas sobre importação

14h30 Audiência pública para instruir a MP 668/2015, que aumenta alíquotas do PIS e da Cofins sobre a importação.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, audiência pública da **Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Rose de Freitas deve ser eleita hoje presidente da Comissão de Orçamento

Votação de projeto que obriga governo a aplicar novo indexador dos débitos com a União está marcada para hoje. Ministro tentará convencer senadores a retirar urgência

Levy espera acordo com Senado sobre dívida estadual

O MINISTRO DA Fazenda, Joaquim Levy, disse ontem estar confiante num entendimento sobre o novo indexador das dívidas dos estados. O texto que obriga a União a colocar em prática o novo indexador (PLC 15/2015 — Complementar) está na pauta do Senado e a votação ainda depende de um entendimento entre os senadores, que ouvirão o ministro hoje na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

— Eu estou bastante confiante num encaminhamento positivo. Há um entendimento generalizado no Rio de Janeiro, em outros lugares dos entes subnacionais, da importância de todo mundo contribuir para o ajuste — disse o ministro, após uma reunião com o presidente do Senado, Renan Calheiros.

A troca do indexador das dívidas é uma reivindicação antiga de governadores e prefeitos, que apontam um crescimento anual de 20% no valor dos débitos com o governo federal. A mudan-

ça, segundo o Ministério da Fazenda, poderia gerar uma perda de R\$ 3 bilhões ao governo federal neste ano.

Segundo Romero Jucá (PMDB-RR), que participou da reunião, o ministro está tratando com a Prefeitura do Rio de Janeiro de um acordo judicial sobre o pagamento da dívida e pode apresentar propostas para os outros estados e municípios. Os detalhes do acordo não foram anunciados e podem ser discutidos na reunião de hoje.

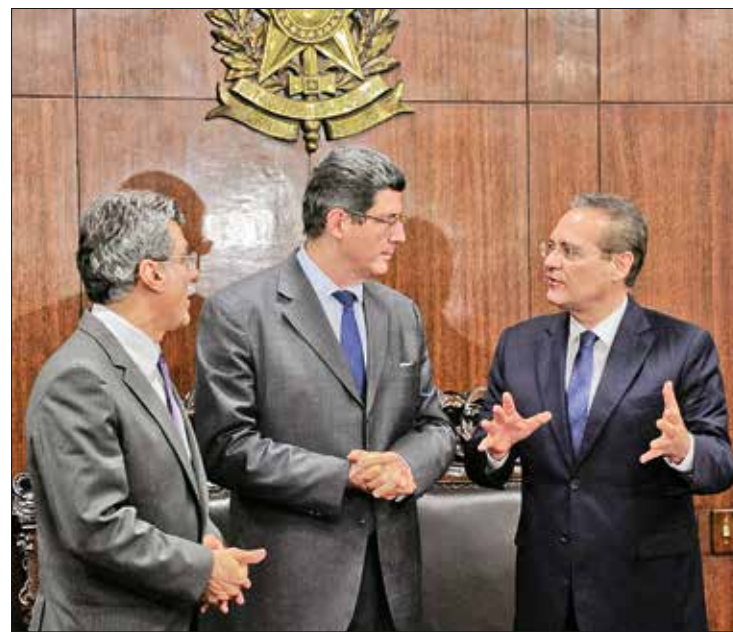
— Foi uma conversa produtiva, uma conversa importante, mas, de proposta concreta, aguardamos amanhã [hoje] na CAE para que o ministro possa colocar. Independente de qualquer proposta concreta, terá de haver acordo de líderes, porque hoje há urgência para votar as duas matérias — disse Jucá.

O outro texto do pacto federativo a que o senador se referiu é o PLS 130/2014, que promove a convalidação de incentivos fiscais concedidos

por estados a empresas. A convalidação significa tornar regulares benefícios fiscais que as unidades da Federação concederam a empresas para que elas se estabelecessem em seus territórios. Muitos desses benefícios foram oferecidos em desacordo com as normas atuais, que os senadores consideram muito rígidas. A competição dos estados na concessão dos incentivos é conhecida como guerra fiscal.

Em declarações anteriores, Renan já havia cobrado do governo a aplicação do indexador novo. Para ele, os estados e os municípios não podem pagar a conta do ajuste fiscal da União. Segundo o presidente do Senado, o projeto só não será votado se houver acordo entre os líderes após a fala do ministro na CAE.

— A troca do indexador tem urgência constitucional, está na pauta e vai ser apreciada amanhã [hoje], salvo se houver acordo. Se houver acordo entre os líderes, derruba-se



O ministro Joaquim Levy (C) se reúne com Romero Jucá e Renan Calheiros

a urgência. Por enquanto, não há — disse Renan após a reunião.

Regulamentação

O texto que altera o indexador das dívidas com a União virou lei em 2014 (Lei Complementar 148/2014), mas o governo ainda não regulamentou a lei. O projeto que está na pauta do Plenário (o PLC 15/2015 — Complementar) deixa claro que a renegociação das dívidas com a União independe de regulamentação e dá 30 dias para que o governo federal assine com os estados e municípios

os aditivos contratuais.

Com isso, haverá a substituição do atual indexador, o Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI), pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Além disso, os juros serão reduzidos dos atuais 6% a 9% ao ano para 4%. Quando a fórmula IPCA mais 4% ao ano for maior que a variação acumulada da taxa Selic (taxa básica de juros), a própria taxa básica de juros será o indexador. Isso evita que a soma dos encargos fique muito acima dos juros vigentes no mercado.

Renan propõe ao ministro a independência do Banco Central

Renan Calheiros e Joaquim Levy também conversaram sobre a instituição da independência do Banco Central. O ministro considera a discussão importante e o presidente do Senado antecipou que a questão deve entrar na pauta.

Segundo Romero Jucá (PMDB-RR), o assunto foi levantado por Renan por fazer parte das negociações frequentes que o Executivo e o Congresso vêm conduzindo.

— A independência do Banco Central será um tema tratado pelo Senado nos próximos dias. Isso também está na mesa de discussão com o

governo — relatou o senador.

Para Jucá, a medida é um passo importante para assegurar a estabilidade econômica do país. Ele entende que o assunto foi prejudicado durante a campanha eleitoral, mas pode avançar se for debatido com serenidade.

— Se queremos políticas monetária e fiscal eficazes, instrumentos que façam efetivamente o controle monetário e façam com que o país tenha estabilidade, um dos caminhos é o mandato da direção do BC não coincidente com o de presidente da República. Estamos fazendo a discussão

fora do ambiente político-eleitoral, portanto sem as contaminações que ocorreram durante a campanha — argumentou.

A conversa entre os senadores e o ministro também abordou a questão da retomada do crescimento econômico no contexto do ajuste fiscal.

Levy falará sobre o tema hoje na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Renan disse que há preocupações em relação aos rumos do processo de correção econômica.

— Disse ao ministro que estamos preocupados com a qualidade do ajuste. Não é

apenas com o quanto ele significará, mas como será — disse.

Levy ponderou que o ajuste fiscal é um passo necessário, mas afirmou que a equipe econômica também está focada em promover a recuperação do país em um segundo momento.

— Hoje a gente tem que vencer essa etapa para já criar as bases para a retomada do crescimento e do emprego. Eu acho que há cada vez mais convergência nesse entendimento — disse o ministro.

Jucá cobrou a retomada do crescimento com “seriedade e rapidez” e manifestou a

necessidade de a modulação do ajuste ser discutida com o Congresso e a sociedade. Nas palavras do senador, “não adianta matar o doente”.

— Temos que fazer cortes que o país aguente. Só cortar e ajustar não resolve o problema. Tenho cobrado que o governo apresente um plano de animação econômica. O que resolve é o crescimento, o incentivo, a segurança jurídica, a confiança no governo, a previsibilidade da economia — afirmou.

Renan fala de reunião com Levy: <http://bit.ly/RenanLevy>

Collor quer limitar mandato de procurador-geral da República

Fernando Collor (PTB-AL) informou ter apresentado proposta de emenda à Constituição que muda a escolha e a recondução do chefe do Ministério Público da União (MPU).

Atualmente, não há limite na recondução do procurador-geral da República. O senador sugere que o titular fique no cargo por até dois mandatos, ou seja, quatro anos. Collor também propõe que haja regra de desincompatibilização para que o titular possa assumir



Waldemir Barreto/Agência Senado

um novo mandato, com renúncia do cargo até três meses antes do término do mandato. Ele considera justo que todos os procuradores do país estejam aptos a ocupar a função, e não apenas os 74 subprocuradores que atualmente podem chefear o MPU.

— Sugerimos que o cargo do procurador-geral da República possa ser ocupado por qualquer um dos membros do Ministério Público brasileiro, seja da União, seja dos estados — disse.

CPI do HSBC tem encontro com Janot hoje

A CPI do HSBC, que investiga contas de brasileiros na filial suíça do banco, tem reunião hoje com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, para discutir o compartilhamento de informações da lista de correntistas que estão em mãos de autoridades francesas.

A reunião, a convite do presidente da CPI, Paulo Rocha (PT-PA), será às 16h, no gabinete de Janot.

Para Vanessa, momento exige união para defender democracia

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) reconheceu que a crise política apresenta nuances de dificuldades econômica, ética e moral que podem levar a uma crise institucional. Por isso, afirmou a senadora, o momento exige união, especialmente na defesa da democracia, para evitar que alguns grupos se aproveitem para tentar afastar Dilma Rousseff da Presidência.

Ela avaliou que a maioria dos manifestantes que saíram às ruas não querem o afastamento, mas defendem um país sem corrupção. E isso passa, segundo Vanessa, por uma re-

forma política que acabe com o financiamento empresarial de campanhas eleitorais.

Vanessa afirmou ainda que a crise econômica é reflexo do cenário internacional. Ela citou documento elaborado pelo PCdoB para nortear a atuação do partido. O texto frisa que “o centro para a saída da crise deve ser o fortalecimento da democracia, a manutenção dos direitos do povo e dos trabalhadores”, relatou.

— Já na campanha, dizíamos: continuar para avançar nas mudanças. Essa é a tarefa a que o povo está sendo chamado.

Senado abre espaço a políticas para as mulheres

A instalação de uma sala destinada à amamentação encerra hoje as atividades do Senado Federal no calendário do Mês da Mulher, celebrado em março. Logo no dia 3, representantes da bancada feminina definiram em almoço com o presidente da Casa, Renan Calheiros, uma agen-

da para a chamada pauta de gêneros e debateram caminhos para aumentar a participação feminina na política. O mesmo assunto motivou a bancada a lançar quinta-feira passada, em São Paulo, a campanha Mais Mulheres na Política. A entrega do Diploma Bertha Lutz, a recepção a embaixadoras, a

criação de Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, debates e exposições estão entre as atividades que marcaram o mês na Casa. As parlamentares comemoraram também a entrada em vigor da lei que tipifica o crime de feminicídio e da que beneficia mães militares.

Tércio Ribas Torres

Servidoras ganham sala para amamentação

O Senado inaugura hoje, ao meio-dia, a Sala de Apoio à Amamentação, para atender as funcionárias da Casa (servidoras efetivas e comissionadas, terceirizadas, estagiárias, jovens aprendizes e esposas ou companheiras de servidores). A inauguração faz parte do calendário do Mês da Mulher e atende a execução do Plano de Ação 2013-2015 do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal.

Na sala, haverá um equipamento de refrigeração para armazenamento de leite, além de forno de micro-ondas, bancada e pia. O espaço fica no Bloco 7 da Gráfica, atrás do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), e vai funcionar das 9h às 17h. Para a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora da Mulher no Senado, a medida é muito importante, pois mostra que a Casa tem procurado enfrentar da melhor forma a questão da igualdade de gênero. Ela informou que uma pesquisa interna apontou que a



Senado inaugura hoje espaço com equipamentos para armazenar leite materno

falta de uma sala de amamentação era uma das principais demandas das servidoras e colaboradoras do Senado.

— A inauguração deste espaço é algo fundamental e fenomenal para as mulheres do Senado. A Casa da Lei tem de ser a Casa não só de fazer a lei, mas de dar o exemplo de como uma boa lei pode funcionar — afirmou Vanessa.

A senadora também avaliou como positiva as atividades do Mês da Mulher. Vanessa disse que deputadas e senadoras trabalharam juntas, mostrando unidade na bancada feminina no Congresso.

Segundo a senadora, outras ações virão ao longo deste ano, na tentativa de consolidar o processo de busca pela afirmação da mulher na sociedade.

Campanha nacional defende mais participação na política

Cerca de 400 pessoas lotaram o auditório da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) na quinta-feira para o lançamento da campanha Mais Mulheres na Política, promovida pela bancada feminina no Congresso.

As parlamentares ganharam apoio dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Eduardo Cunha, em favor da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 23/2015, que garante 30% das vagas dos Legislativos

para as mulheres nas próximas eleições, e da PEC 24/2015, que reserva uma vaga para cada gênero na renovação de dois terços do Senado.

Renan prometeu apoio às propostas e Cunha avaliou ser possível concluir a discussão para que as mudanças possam valer já na eleição de 2016.

O evento foi organizado pela Procuradoria da Mulher do Senado, pela Secretaria da Mulher da Câmara e pelo gabinete da senadora Marta Suplicy (PT-SP), com apoio da Fiesp.



Marta Suplicy (C) defende maior participação das mulheres nos Legislativos

Prioridade a projetos da bancada feminina

Dentro das comemorações do Mês da Mulher, o presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu para almoço, na residência oficial, representantes da bancada feminina do Congresso Nacional. O objetivo do encontro, que ocorreu em 3 de março, foi discutir mais espaço para as mulheres no processo legislativo e uma agenda da “pauta de gêneros”.

— É muito importante que estejamos juntos na definição de

uma agenda conjunta para que as duas Casas possam avançar na pauta de gêneros — afirmou Renan.

O presidente do Senado destacou a atuação da Comissão Parlamentar de Inquérito Mista de Combate à Violência contra a Mulher. A comissão apresentou 13 propostas legislativas. Entre os projetos, Renan citou a proposta que insere no Código Penal o crime de feminicídio (PLS 292/2013). A lei foi sancionada

no dia 10 deste mês.

— O Senado tem procurado fazer sua parte. Criamos a CPI Mista de Combate à Violência contra a Mulher, que atuou durante um ano e meio, em 18 encontros, e fez uma investigação de âmbito nacional — destacou.

Lei Maria da Penha

Renan lembrou também a aprovação da Lei Maria da Penha, em 2006, período em que presidia o Senado pela primeira vez. O presidente disse que é fundamental fazer as leis, mas é mais fundamental ainda garantir a execução dessas leis. Na visão de Renan, a Lei Maria da Penha caracterizou um dos maiores avanços institucionais no Brasil.

— Tenho muito orgulho, por ter sido na minha primeira presidência do Senado Federal que nós aprovamos a Lei Maria da Penha. E tenho muita preocupação, no dia a dia, com a eficácia da lei. Há muita pressão no sentido de esvaziá-la e jogá-la na delonga do Poder Judiciário — alertou Renan.



Renan Calheiros recebeu as bancadas femininas da Câmara e do Senado para almoço

Pioneiras de Brasília são tema de exposição no Salão Nobre

Em poucos metros quadrados, a história de milhares de mulheres que aceitaram o desafio de morar em Brasília nos anos 1950 e 60. A exposição *Memórias Femininas da Construção de Brasília* foi inaugurada há duas semanas no Salão Nobre do Congresso, trazendo imagens das donas de casa, mães, cabeleireiras, lavadeiras e cozinheiras que deram o apoio necessário para a capital surgir.

Entre os objetos da mostra, é

possível encontrar uma radiola com o LP *Cuba Libre*, uma TV antiga, um telefone analógico, uma central telefônica com cabos, uma incubadora de recém-nascido usada pelo Hospital São Vicente de Paula, ferro de passar a carvão e vestidos de gala, como um dos usados no primeiro baile de debutantes do Palácio da Alvorada, ocorrido em 20 de dezembro de 1960. O evento faz parte das comemorações do Mês da Mulher.



Mostra resgata a história de mulheres que participaram da construção de Brasília



Personalidades que lutaram na defesa dos direitos da mulher recebem homenagem

Diploma Bertha Lutz presta homenagem a personalidades

Em sessão solene no dia 11, o Congresso Nacional comemorou o Dia Internacional da Mulher e entregou o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz para as homenageadas de 2015. A homenagem é feita a personalidades que contribuíram na defesa dos direitos da mulher e questões do gênero no Brasil.

O prêmio foi entregue a seis mulheres: a presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, Creuza Maria Oliveira; a ministra do Supremo

Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia; a socióloga Clara Araújo; a pesquisadora Mary Garcia Castro; a educadora Ivanilda Pinheiro Salucci; e a presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Maria Elizabeth Teixeira. Além delas, foi homenageada, in memoriam, a psicóloga Débora Martins Bonafé dos Santos, fundadora da ONG SOS Mulher e Família de Taubaté. Para o presidente do Senado, a trajetória de todas faz com que sejam dignas de admiração.



Simone Tebet e Keiko Ota foram escolhidas como presidente e vice da comissão mista

Combate à violência agora tem comissão permanente

Foi instalada em 10 de março a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher. Formada por 10 senadores e 27 deputados, a comissão foi proposta pela CPI Mista da Violência contra a Mulher, que investigou até 2012 as agressões diretamente relacionadas ao gênero feminino. A senadora Simone Tebet (PMDB-MS) e a deputada Keiko Ota (PSB-SP) foram aclamadas presidente e vice-presidente.

Entre as atribuições da comissão, está apresentar propostas

para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, além de identificar falhas nas ações e serviços da seguridade social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência e apresentar projetos com o objetivo de corrigir essas lacunas.

— Temos que quebrar esse tabu de que a luta pela igualdade e o fim da discriminação são uma questão menor, porque é uma luta tão importante como qualquer outra — disse Simone.

Evento recebe embaixadoras de 14 países

O Senado promoveu há duas semanas uma recepção a embaixadoras estrangeiras em missão oficial em Brasília.

Estiveram presentes 14 das 21 diplomatas que atuam na capital. Marcaram presença representantes de União Europeia, Áustria, Romênia, Eslovênia, Albânia, Venezuela, Cuba, Nicarágua, Jamaica, El Salvador, Guiana, Mongólia, Guiné-Bissau e Botsuana. Também participaram o representante do Banco Mundial, Boris Utria, e representantes do Itamaraty.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) considerou relevante o início desse trabalho diplomático com as embaixadoras. Ela lembrou que o Brasil ocupa a 124ª posição no que tange



Representantes em missão oficial em Brasília foram recebidas por Vanessa (C)

à representação feminina na política institucional. Por isso, a senadora defende mudanças na legislação que afirmem a posição da mulher na sociedade e na política.

Ao abrir o encontro, o presidente do Senado, Renan Calheiros, classificou de “ver-

gonhosos” os números de violência contra a mulher no Brasil.

— Nas três últimas décadas, 92 mil mulheres foram assassinadas. São 4,6 homicídios por 100 mil, o que coloca nosso país na sétima posição em assassinatos de mulheres — afirmou.

Parlamentares querem vagas para deputadas e senadoras

Em evento realizado no início de março, a consultora legislativa do Senado Conceição Lima afirmou que as bancadas femininas no Congresso querem reservar vagas nas duas Casas legislativas para parlamentares mulheres. Essa é uma proposta a ser defendida no escopo da reforma política, em discussão no Senado.

— São medidas mais ambiciosas e profundas, para colocar a discussão em outros termos — afirmou Conceição, durante exposição do Projeto Pautas Femininas, que discute a reforma política inclusiva.

Conceição informou que, apesar das medidas existentes para assegurar a participação das mulheres na política — reserva de 30% de candidaturas, aplicação de 5% do Fundo Partidário e de 10% do tempo partidário para a promoção da participação política das mulheres —, a presença de parlamentares eleitas ainda é pequena, quando comparada com a participação feminina no eleitorado e na população.

A consultora elogiou algumas medidas que integram a reforma política, como as propostas em tramitação na Casa que reservam vagas para mulheres e impõem sanções aos partidos que não o fizerem, mas afirmou que os avanços só virão com iniciativas mais ousadas.

Mulher também pode ser considerada agressora por lei

Não são só os homens que podem ser enquadrados como agressores de mulheres pela Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006). Mulheres que mantenham uma relação homoafetiva e agridam a companheira também poderão responder por atos de violência doméstica e familiar punidos por essa lei. Essa compreensão partiu da advogada do Senado Gabrielle Tatith Pereira, uma das expositoras da oficina Conversando sobre a Lei Maria da Penha: formas de violência, medidas protetivas e aspectos práticos. O evento integrou as atividades do Mês da Mulher 2015 e teve o apoio da Procuradoria Especial da Mulher do Senado.

— A agressão não precisa necessariamente vir de um homem. Pode vir de outra mulher que é da família e convive no mesmo ambiente doméstico ou com quem ela convive numa relação de afeto — considerou Gabrielle.

O Senado está discutindo medidas para aperfeiçoar os mecanismos de proteção oferecidos pela lei, acrescentou. A advogada citou como exemplo análise da Consultoria Legislativa da Casa sobre a possibilidade de autorização, pelo próprio delegado, de medidas protetivas de urgência (MPUs) para vítimas de violência doméstica ou familiar. Atualmente, só o juiz pode autorizar a assistência especial.

Agora é lei

PENA MAIS ALTA PARA O FEMINICÍDIO

Foi publicada no *Diário Oficial da União* do último dia 10 a Lei 13.104/2015, que inclui o feminicídio no Código Penal como circunstância qualificadora do crime de homicídio. A norma é decorrente de proposta elaborada pela CPI Mista da Violência contra a Mulher (PLS 292/2013). A lei define o feminicídio como o homicídio praticado contra a mulher “por razões da condição de sexo feminino” e especifica dois casos: violência doméstica e familiar e menosprezo ou discriminação à condição de mulher. A pena é de 12 a 30 anos de reclusão. A pena pode ser aumentada de um terço à metade se o crime for praticado durante a gestação ou até três meses após o parto; contra menor de 14 anos, maior de 60 ou pessoa com deficiência; e na presença de descendente ou ascendente da vítima.

LICENÇA AMPLIADA PARA MÃES MILITARES

As mulheres que integram as Forças Armadas agora têm o direito de usufruir de licença-maternidade de seis meses, como já ocorre com as servidoras públicas civis. A Lei 13.109/2015 foi publicada na edição da última quinta-feira do *Diário Oficial da União* e tem como origem o PLC 22/2013. De autoria da Presidência da República, o texto regulamenta o direito à licença-maternidade no âmbito das Forças Armadas, estabelecendo não só o direito à licença-maternidade, mas à licença-paternidade e à licença para adotantes. Para Lúcia Vânia (PSDB-GO), proteger a maternidade significa respeitar os direitos humanos e os direitos de família. Gleisi Hoffmann (PT-PR) comemorou o fato de “a grande conquista” da licença-maternidade de seis meses estar sendo estendida às mulheres militares.

Saiba mais

Procuradoria Especial da Mulher do Senado
www.senado.leg.br/procuradoria

Campanha + Mulheres na Política
http://bit.ly/maisMulheres

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Medida provisória permite a servidores de Amapá, Rondônia e Roraima a permanência nos quadros de pessoal da União. Texto regulamenta emenda constitucional de 2014

Comissão vota MP sobre servidor de ex-território

A COMISSÃO MISTA que analisa a Medida Provisória 660/2014 reúne-se hoje, às 14h30, para votar o relatório final, do deputado Silas Câmara (PSD-AM). A MP trata da transposição para os quadros da União dos servidores dos ex-territórios (hoje estados) de Rondônia, Amapá e Roraima.

A votação do relatório estava prevista para a quarta-feira passada, mas foi adiada devido a pedido de vista dos deputados Mendonça Filho (DEM-PE), Nilton Capixaba (PTB-RO) e Marcos Rogério (PDT-RO). Eles questionaram duas emendas que foram acolhidas pelo relator.

A MP regulamenta a Emenda Constitucional 79, promulgada em maio de 2014 para garantir a servidores dos ex-territórios do Amapá e de Roraima o direito a optarem pela permanência nos quadros da União. O texto fixa regras para a sistematização das tabelas de salários, vencimentos, soldos e vantagens dos servidores civis e militares.

Os servidores reintegrados farão parte do quadro em extinção da administração federal (cargos que são automaticamente extintos após ficarem vagos). Eles continuarão prestando serviço aos estados ou municípios, na condição de cedidos, até que sejam aproveitados em órgão ou entidade da administração federal direta, autárquica ou fundacional. O aproveitamento será regulamentado



Clécio Luís, prefeito de Macapá, Raupp, Silas Câmara e Randolfe na reunião da última quarta-feira

por ato do governo federal.

O mesmo benefício já havia sido concedido em 2009 aos servidores de Rondônia, por meio da Emenda Constitucional 60. Assim como Amapá e Roraima, Rondônia era um território federal que virou estado. A MP 660 aplica aos servidores dos ex-territórios do Amapá e de Roraima os dispositivos da Lei 12.800/2013, que regulamentou a reintegração dos servidores de Rondônia.

O relatório final apresentado acrescenta alguns pontos, entre eles: aplicação do direito de opção a aposentados e pensionistas; garantia do direito de opção a servidores e empregados de

toda a administração indireta, e não apenas à administração autárquica e fundacional; e aplicação, aos policiais e bombeiros militares, inclusive inativos, dos extintos territórios, dos mesmos soldos, adicionais, gratificações, vantagens e demais direitos remuneratórios concedidos aos policiais e bombeiros militares do Distrito Federal, bem como da assistência à saúde garantida aos servidores públicos federais.

A comissão mista que analisa a MP é presidida pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO). O vice-presidente é o deputado Manoel Junior (PMDB-PB) e o relator-revisor é o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

Ângela pede ao Congresso que aprove emendas que beneficiam funcionalismo

Ângela Portela (PT-RR) espera que o Congresso aprove as emendas que propôs à Medida Provisória 660/2014, que regulamenta a emenda constitucional que trata da transposição de servidores dos ex-territórios de Roraima, Rondônia e Amapá para o quadro de pessoal da União.

A emenda e a MP referem-se a servidores que prestaram serviço de 1988 a 2003, período em que os ex-territórios estavam em transição para estado. A MP será votada hoje pela comissão mista encarregada de examiná-la e depois passará pelos Plenários da Câmara e do Senado.

Entre as emendas de Ângela, está a que garante a policiais e bombeiros dos ex-territórios benefícios e assistência à saúde. Outra emenda inclui no plano de carreira específico de analistas e técnicos de planejamento e orçamento do governo federal os servidores de Amapá, Roraima e Rondônia que exerciam a mesma função.

— Essas nove emendas tiveram o propósito de assegurar aos servidores os direitos que lhes cabem.



Waldemir Borretv/Agência Senado

Bolsistas poderão colaborar com escolas públicas

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) analisa hoje, às 11h, projeto que obriga beneficiários de bolsas de estudos de programas da União a colaborarem com estabelecimentos públicos de educação básica. A proposta (PLS 224/2012), de autoria de Cristovam Buarque (PDT-DF), será analisada em decisão final.

O senador argumenta que, desde cedo, as crianças aprendem sobre arte e esporte, mas poucas se interessam pelas matérias científicas. A forma de participação dos bolsistas deve ser definida por órgãos federais competentes, com as secretarias estaduais e municipais de Educação. Já os bolsistas no exterior deverão cumprir o compromisso após o retorno ao Brasil, durante período igual ao de duração da bolsa.



Cristovam prevê que bolsista incentive alunos

sistas deve ser definida por órgãos federais competentes, com as secretarias estaduais e municipais de Educação. Já os bolsistas no exterior deverão cumprir o compromisso após o retorno ao Brasil, durante período igual ao de duração da bolsa.

Adiado debate com Juca Ferreira, ministro da Cultura

A pedido do ministro da Cultura, Juca Ferreira, foi adiada a apresentação que ele faria hoje sobre as diretrizes do ministério para o biênio 2015-2016.

Ainda não há nova data para o encontro, proposto pelo presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Romário (PSB-RJ).

Para o senador, o Poder Legislativo deve manter a articulação com o Poder Executivo na formulação de políticas públicas e, por isso, é necessário que os parlamentares



Juca Ferreira assumiu o ministério em janeiro

conheçam as ações a serem desenvolvidas pelos ministérios.

Juca Ferreira assumiu o ministério em janeiro, no início do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff. De 2003 a 2008, foi secretário-executivo do então ministro Gilberto Gil.

Indicados para 3 embaixadas serão analisados hoje

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deve analisar hoje, às 14h30, o nome de Tovar da Silva Nunes, indicado para o cargo de embaixador do Brasil na Índia. Se aprovado na sabatina, ele exercerá o cargo cumulativamente com a embaixada do Butão.

A comissão também apreciará o nome de Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira para a embaixada do Brasil na Bósnia e Herzegovina, e o de Carlos Ricardo Martins Ceglia, para a embaixada do Brasil na Malásia,

cumulativamente com o sultanato de Brunei.

Tovar da Silva Nunes nasceu em Birigui (SP), em 1959. É formado em direito pela Universidade de São Paulo (USP). A indicação tem como relator Lindbergh Farias (PT-RJ).

Manoel Antonio Pereira nasceu em Belo Horizonte, em 1949. O senador Raimundo Lira (PMDB-PB) é relator da indicação.

Carlos Ricardo Martins Ceglia nasceu em 1958, no Rio de Janeiro. O senador Lasier Martins (PDT-RS) vai relatar a indicação dele.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição: Marina Domingos e Ricardo Westin
Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Comissão de Direitos Humanos decidiu que apresentará à Presidência do Senado pedido de urgência para PEC. Audiência apontou problemas do setor, como preço elevado das passagens e má qualidade



Paim (4º à esq.) conduz audiência com representantes da Polícia Rodoviária Federal, do Ministério das Cidades e da UnB

Votação de transporte como direito pode ser acelerada

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem um pedido de urgência a ser encaminhado ao presidente do Senado, Renan Calheiros, para a votação da PEC 74/2013. A PEC inclui o transporte como direito social. O requerimento foi sugerido por Paulo Henrique Santarém, do Movimento Passe Livre (MPL), em audiência pública sobre mobilidade, promovida ontem pela CDH. Ele citou pesquisas que mostram que um grande número de mortos no trânsito são jovens negros das periferias.

Atualmente, a Constituição prevê como direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a proteção à maternidade e à infância, a previdência social e a assistência aos desamparados.

Segundo Paulo Paim (PT-RS), que presidiu a audiência, as questões relativas à mobilidade urbana estão entre os principais problemas do Brasil. O senador lembrou que a mobilidade esteve no centro dos protestos ocorridos em 2013.

— É pelo direito às cidades, à mobilidade, que a nossa juventude se mobiliza. Não foi por R\$ 0,20, mas por cidades

mais humanizadas — disse.

Paim lembrou que o Brasil é o país onde mais gente morre no trânsito, 50 mil pessoas a cada ano:

— É uma média de 136 mortes diárias, quase um avião Boeing. É índice de guerra.

Ele afirmou que as capitais deveriam investir mais em ciclovias e lamentou que iniciativas nesse sentido tomadas pela Prefeitura de São Paulo estejam enfrentando resistências.

Expansão da frota

Edson Nunes, representante da Polícia Rodoviária Federal (PRF) na audiência, lembrou que a frota brasileira tem crescido 8% ao ano, tendo sofrido um aumento de 136% nos últimos dez anos. Isso estabelece uma tendência de aumento em acidentes graves e mortes.

Maria Rosa Ravelli, professora da Universidade de Brasília (UnB), lembrou que a velocidade média no trânsito de São Paulo hoje está em torno de 8 km/h, devido aos grandes engarrafamentos. Ela acredita que a solução passa pelo “renascimento do transporte sobre trilhos”, com a priorização de metrô, veículos leve sobre trilhos (VLTs) e trens.

Carlos Tomé, secretário de

Mobilidade Urbana do Distrito Federal, observou que nenhuma cidade no mundo resolveu os problemas de mobilidade urbana priorizando o transporte individual. Ele lembrou que outro grande problema das metrópoles, como Brasília, é o fato de um grande contingente da população habitar em locais com déficits de infraestrutura, que levam a longos deslocamentos para trabalhar ou estudar.

Uirá Lourenço, da ONG Mobilize, considerou contraditório o fato de o Detran do Distrito Federal, no período de 2012 a 2014, ter arrecadado R\$ 356 milhões em multas e destinado apenas 3,5% desse montante para campanhas educacionais no trânsito.

José Medeiros (PPS-MT) reiterou que, devido à crise, as empresas automobilísticas já têm reivindicado ao governo novas políticas de incentivo fiscal. O senador indaga se essas políticas, caso adotadas, serão tomadas em conjunto com o Ministério das Cidades e outros órgãos ligados ao tráfego nas grandes capitais. Ele disse acreditar que a opção pelo transporte coletivo por parte dos usuários que já possuem automóveis passa necessariamente pela melhoria da infraestrutura nesse setor.

Hélio José (PSD-DF) propôs que os senadores em cada estado articulem sempre emendas coletivas ao Orçamento da União voltadas para a mobilidade urbana. Ele afirmou que tomará essa iniciativa em relação ao Distrito Federal, apresentando emendas voltadas para a implantação do VLT e de ciclovias.

PEC 74/2013:
<http://bit.ly/pec74>
Revista *Em Discussão!* sobre o tema:
<http://bit.ly/EmDiscussao18>

Comissão de Direitos Humanos lembra 51 anos do golpe de 1964

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) faz hoje audiência para recordar os 51 anos do golpe civil e militar de 1964, que depôs o governo legalmente constituído de João Goulart.

O pedido para a audiência foi feito por João Capiberibe (PSB-AP), ele próprio vítima do regime militar. Para o senador, é preciso que os fatos acontecidos há meio século sejam lembrados e repudiados, para que os jovens nascidos na democracia conheçam a história do país e contribuam para o aperfeiçoamento dela. Ele lembrou que a ditadura deixou marcas que persistem até hoje.

— É importante que a sociedade saiba, porque a ditadura deixou consequências que duram até hoje. Por exemplo, o caso do desaparecimento do pedreiro Amarildo e de milhares de outros, as ex-

cuções sumárias feitas pelos policiais. Isso é uma consequência da ditadura. Aqueles que lá atrás sequestraram e assassinaram brasileiros não foram punidos. Eles estão aí — afirmou Capiberibe.

Foram convidados para a audiência a professora da Fundação Getúlio Vargas Dulce Pandolfi; os jornalistas e escritores Cid Benjamin e Luiz Claudio Cunha; a vice-presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, Sueli Bellato; a coordenadora do Grupo Independente de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, Eliana Castro; a representante do Comitê pela Verdade, Memória e Justiça do DF, Iara Xavier, e o procurador federal Luciano Mariz Maia. Também foram convidados deputados e ex-deputados federais.

A audiência terá início às 9h na sala 2 da Ala Nilo Coelho.



Foto histórica mostra soldados e tanque em frente ao Congresso Nacional

Fernando Bezerra Coelho defende a extinção do fator previdenciário

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) defendeu a extinção do fator previdenciário. O senador lembrou que o objetivo do governo, ao criar o sistema, em 1999, foi adequar o orçamento da Previdência aos gastos em benefícios. Hoje, o déficit no setor chega a R\$ 51 bilhões, disse.

Segundo Bezerra, o meca-



nismo “reduz brutalmente” o valor das aposentadorias, justamente na fase da vida em que se tem muitos gastos, como remédios e médicos.

O senador lembrou que projeto de Paulo Paim (PT-RS) que prevê o fim do fator previdenciário foi aprovado pelo Senado e aguarda votação na Câmara.

José Medeiros diz que confiança no governo Dilma está abalada

José Medeiros (PPS-MT) advertiu ontem que a coalizão de forças proposta pelo Executivo para tirar o país da crise somente será possível se houver confiança no governo. O problema, segundo o senador, é que essa confiança está abalada pelas frustrações geradas pelo próprio Executivo.

Ele citou o programa da



concessão de ferrovias, entre elas a Ferrovia de Integração Centro-Oeste, planejada para atravessar todo o estado de Mato Grosso e

garantir o escoamento da produção local pelo Pacífico.

— Fica esse desafio para o governo, de poder dizer com sinceridade “eu errei, me ajudem” — afirmou.

Paulo Paim vê na educação solução para o problema da violência no trânsito no Brasil

Paulo Paim (PT-RS) disse que é preocupante a violência no trânsito, que mata todos os anos 40 mil brasileiros nas vias e rodovias do país.

O senador citou especialistas da área que defendem mais investimentos em educação e também no fortalecimento da Polícia Rodoviária Federal (PRF) para que a instituição tenha mais condições de fiscalizar

e punir motoristas alcoolizados, imprudentes e imperitos.

— É preciso educação no trânsito, é preciso não ficar somente a depender dos veículos sobre rodas. Tem que voltar a investir no sistema ferroviário, nos metrô, no uso de bicicletas com estrutura, ou seja, com faixa específica para aqueles que andam de bicicleta — disse o parlamentar.

Com pareceres de quatro comissões, votação da proposta do novo marco legal que regula pesquisas sobre fauna e flora no país ainda depende de consenso para aprovação

Lei da Biodiversidade deve ir a Plenário hoje

ESTÁ PREVISTA PARA hoje a conclusão da votação do novo Marco Legal da Biodiversidade (PLC 2/2015). Entretanto, se houver mudança no texto, a proposta, que possui urgência constitucional, poderá voltar para análise da Câmara dos Deputados. Se for aprovado sem modificação ou apenas com emendas de redação, seguirá para sanção presidencial.

A nova lei facilitará a pesquisa genética, estimulará a fabricação de produtos oriundos do conhecimento gerado pela pesquisa e ampliará a compensação às comunidades tradicionais, que detêm o conhecimento sobre a utilização de plantas e animais nativos.

Os senadores Jorge Viana (PT-AC) e Telmário Mota (PDT-RR) — relatores na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), respectivamente — estão otimistas.

— Já falei com o presidente Renan [Calheiros]. Deve ter uns quatro pontos que serão destacados, mas acredito que o texto-base, que a gente trabalhou na CMA, que é fruto de entendimento, possa ser aprovado. Os pontos divergentes serão destacados e vamos votar separadamente — disse Viana.

Telmário acrescentou que “há muitos interesses envolvidos” no sentido de manter o mesmo texto aprovado pela Câmara. Porém, ele aponta algumas imperfeições.

— É preciso fazer alguns reparos, que já foram propostos nas diversas comissões. Mas acho que dá para votar, algumas questões serão destacadas e votadas no Plenário. Acho que vai ter esforço conjunto para votar — afirmou.

Análise simultânea

O secretário-geral da Mesa do Senado, Luiz Fernando Bandeira, explicou que o projeto vem tendo uma “tramitação peculiar” desde que



Vista aérea da Floresta Amazônica: pesquisa genética sobre a natureza terá regras modificadas a partir de novo marco

chegou ao Senado.

— O projeto foi distribuído simultaneamente para três comissões [CCJ, CAE e CMA], depois foram aprovados requerimentos para ele passar por outras duas comissões [CCT e CMA]. Em vez de o relator em uma comissão ter como base o texto aprovado na comissão anterior, os relatórios foram simultâneos, o que não ocorre comumente — disse Bandeira.

A proposta já recebeu pareceres da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), da CCT, da CMA e da Comissão Assuntos Econômicos (CAE). A proposta ainda terá de receber parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cujo relator, que será indicado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, dará o parecer da comissão durante a sessão plenária.

— Em seguida iremos agrupar as emendas conforme os pareceres das comissões. Serão filtrados os dispositivos e emendas que tiveram pareceres favoráveis em todas as comissões e, em seguida, vamos deliberar um a um aquilo que for divergente, seguindo, em geral, a comissão mais afeta ao caso — explica o secretário-geral.

Representantes do governo,

de empresários, da pesquisa, de movimentos ambientalistas e de defesa de povos tradicionais participaram de duas audiências conjuntas das comissões examinadoras do projeto.

Divergências

Para pesquisadores da Embrapa e representantes da indústria farmacêutica e ligada ao agronegócio, a nova lei é essencial para alavancar a pesquisa e a exploração dos recursos genéticos. Os povos indígenas, quilombolas, extrativistas e agricultores familiares afirmam que o texto reduz seus direitos e coloca em risco a proteção dos recursos naturais.

A legislação em vigor (MP 2.186/2001) é criticada por ser burocrática no processo para autorização da pesquisa sobre a biodiversidade, reduzindo as oportunidades de repartição de benefícios com comunidades tradicionais.

Capiberibe pede aprovação de substitutivo

João Capiberibe (PSB-AP) defendeu a aprovação de substitutivo de sua autoria apresentado ao marco regulatório da biodiversidade, a ser votado nesta semana em Plenário. Ele disse que o projeto que veio da Câmara apresentava equívocos que apontavam para retrocesso ambiental.

O senador defendeu o relatório aprovado na Comissão de Meio Ambiente (CMA), de autoria de Jorge Viana (PT-AC). Capiberibe explicou que recebeu líderes indígenas e de



organizações civis e apresentou um substitutivo que teve alguns pontos incorporados ao relatório do petista. O senador cobrou para o país um projeto de desenvolvimento econômico que garanta equidade social, preservação ambiental, descentralização política, participação popular e respeito às diferenças étnicas e culturais.

— O Brasil não pode abrir mão de sua principal vantagem comparativa no mundo: sua biodiversidade e o conhecimento sobre ela.

Comissão planeja acompanhar obras no São Francisco

O presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA), Otto Alencar (PSD-BA), propôs que a revitalização do Rio São Francisco seja a política pública a ser avaliada pela comissão em 2015. Requerimento nesse sentido deve ser votado hoje.

A atribuição das comissões permanentes de avaliar políticas do Executivo está prevista na Resolução 44/2013 e visa cumprir a função fiscalizadora do Senado.

Ao sugerir que a CMA se debruce sobre a revitalização do São Francisco, Otto revela preocupação com o rio da integração nacional, chamado assim por cortar cinco estados das duas mais populosas regiões brasileiras (Sudeste e Nordeste). O senador tem alertado para o comprometimento dos afluentes, pelo despejo de esgoto, assoreamento e destruição de mata ciliar.

Apesar do acelerado aumento do uso das águas do São Francisco, o senador considera insuficientes os investimentos

do governo federal e dos governos estaduais para garantir a preservação de nascentes, riachos e afluentes do rio. Otto afirma ainda que, sem revitalização, não será possível a transposição das águas do São Francisco.

Também estão na pauta da CMA dois requerimentos de Ataídes Oliveira (PSDB-TO) para criação de subcomissões temporárias, uma para fiscalizar a aplicação de recursos públicos em obras inacabadas e outra para investigar entidades que compõem o Sistema S — Senar, Senac, Sesc, Sesi,

coop, Senai, Sesi, Sest, Senat e Sebrae.

No primeiro caso, Ataídes propõe que se identifiquem as causas do atraso na conclusão dos empreendimentos e os responsáveis pelos problemas. No segundo requerimento, sugere avaliar a aplicação de recursos pelo Sistema S na qualificação de trabalhadores.

A comissão vota ainda requerimento de Eduardo Amorim (PSC-SE) para audiência, com dirigentes das operadoras de telefonia móvel, sobre medidas para aprimorar os serviços e reduzir os preços.



Presidente da CMA, Otto alerta para comprometimento dos afluentes do rio

Crise hídrica e de energia pauta ação de colegiado

O relator da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Congresso (CMMC), deputado Sérgio Souza (PMDB-PR), apresenta hoje o plano de trabalho do colegiado para 2015. Entre as principais preocupações da comissão neste ano, estão a crise hídrica e energética, além da preparação do Brasil para a conferência COP-21, a ser realizada a partir de 30 de novembro em Paris.

A comissão elegeu o senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) como presidente e o deputado Sarney Filho (PV-MA) como vice-presidente.

Uma das prioridades do colegiado em 2015, de acordo com Bezerra, é a realização de um diagnóstico da situação hídrica e energética do país. Para isso, especialistas e autoridades devem ser convidados a falar à comissão em audiências ao longo do ano.

Elmano quer comitê para gerir bacia do Rio Parnaíba

Elmano Férrer (PTB-PI) pediu apoio das entidades envolvidas com o setor hídrico para a criação do comitê gestor da Bacia do Rio Parnaíba. Ele lembrou que a bacia cobre três estados do Nordeste e que a região demanda um plano de recursos hídricos.

O senador chamou a atenção para o crescente desafio de administrar o uso da água no Brasil, onde o recurso é distribuído de forma irregular entre as regiões e a gestão das bacias precisa equilibrar-se entre critérios técnicos e os múltiplos interesses em disputa.

— Estabelecer um arranjo institucional que permita a conciliação dos interesses e a construção coletiva das soluções constitui-se numa necessidade óbvia e urgente, urgentíssima — alertou.

